

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVIII
VOLUME 26
(JAN-MAR)
2017
PP. 23-34.

Religiões, Liberdades e Intolerâncias: desafios e perspectivas para o Estado Laico no Brasil. Por que nos estranhamos?

MARILINA CONCEIÇÃO OLIVEIRA BESSA SERRA PINTO

Docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
marilina-pinto@ig.com.br

RESUMO

O presente artigo discute o problema da intolerância religiosa adotando como premissa suas raízes ontológico-existenciais da polaridade identidade-alteridade, do eu e do outro. Toma como exemplo fatos políticos do cotidiano atual a fim de questionar os limites da laicidade do Estado brasileiro. Observa com otimismo ao crescimento das pesquisas e discussões na Academia que envolvem a temática religiosa cuja demanda advém do dinamismo do “campo”, que se encontra ativado de acordo com os dados oficiais de pesquisa estatal do censo (IBGE). Na Amazônia, especialmente, esse campo religioso é ilustrativo da diversidade de crenças e comportamentos sagrados que compõem o mosaico brasileiro, tanto do ponto de vista dos cristianismos como dos grupos menores e “invisíveis” frente à mídia. Conclui retomando a tese do helenista português Eudoro de Sousa de que o homem, na sua gênese adâmica recusou-se a viver no Paraíso por não aceitar o mundo que não fora construído com suas próprias mãos e continua seguindo e persistindo em seu gesto arquetípico do estranhamento.

Palavras-chave: intolerância, recusa, religião, laicidade.

**Religions, Freedoms and Intolerances: challenges and perspectives for the Lay State in Brazil.
"Why do we wonder?"**

ABSTRACT

This article discusses the problem of religious intolerance by adopting as premises its ontological-existential roots of identity-alterity, self and other polarity. It takes as an example political facts of the current quotidian in order to question the limits of the Secularism of the Brazilian State. It looks with optimism at the growth of research and discussions at the Academy that involve the religious theme whose demand comes from the dynamism of the "field", which is activated according to the official data of the state census survey (IBGE). In the Amazon, especially, within the scope of religious is illustrative of the diversity of sacred beliefs and behaviors that make up the Brazilian mosaic, both from the point of view of Christianity and the smaller and "invisible" groups facing the media. I concluded based on the thesis of the Portuguese Hellenist Eudoro de Sousa, the man in his adamic genesis, refused to live in Paradise for not accepting the world that was not built with his own hands and continues to follow and persist in his archetypal way of estrangement.

Keywords: intolerance, refusal, religion, secularism.

Introdução

Cúmplice do humano, o “estranhamento” em relação ao outro, no qual não somos capazes de nos enxergarmos é uma atitude previsível frente a possíveis ameaças capazes de colocar em risco o equilíbrio tênue, ideal, da convivência humana. O exercício árduo da convivência entre os homens nunca foi tarefa pacífica, a nos exigir sempre o emprego da negociação de valores materiais e morais. Atualmente, na pós-modernidade, vivemos sob a égide de um dos maiores paradoxos planetários: -Quanto mais estamos conectados a todas as modalidades de redes sociais, mais sujeitos estamos aos melindres e afetações geradas pela incapacidade de respeitar e conviver com os valores alheios.

O “estranhamento”, ou melhor, a negação do **outro** é uma atitude ancestral que começou a ser criticada e combatida na proporção que a racionalidade se colocou como mediadora da vida em sociedade. O ápice dessa crítica é produto da Modernidade, cujo humanismo renascentista defendeu com

fervor o respeito pela liberdade e dignidade humana. As bases da Filosofia Política trataram de pensar, ainda que de forma tímida, o provável surgimento da sociedade civil a partir de um contrato social capaz de reequilibrar as demandas sociais. O movimento de secularização como crítica ao poder hegemônico exercido pela igreja católica durante mais de mil anos no Ocidente cristão também é produto das revoluções modernas, ou mais especificamente da Reforma Protestante, cuja defesa luterana da capacidade do homem em compreender a Revelação segundo sua própria fé, acabou por abalar as certezas que guiavam o “rebanho”.

Atitudes intolerantes podem ser precisamente definidas como “atitudes de intransigência com relação a opiniões, crenças, modos de ser que reprovamos ou julgamos falsas, acompanhadas de uma postura de rigidez e inflexibilidade” (HOAISS, 2001), oscilando entre o ideal e o real são atitudes inaceitáveis, reprováveis e passíveis de penalidade criminal, só nos resta rechaçá-las. No entanto, elas estão aí, e mais

frequentemente do quanto gostaríamos que estivessem, tais atitudes que nos assombram nos noticiários do dia a dia.

Ouso afirmar aqui que combater a intolerância é problema que exige complexidade maior do que simplesmente usar os aparelhos repressores do Estado para conter esse impulso interior, uma vez que o homem é Luz e Trevas ao mesmo tempo. O respeito pelo ser-do-outro, ou seja, a tolerância não é algo absolutamente dado, mas construído é produto de esforço educativo no âmbito da casa, da escola, da família, do grêmio, do time, da igreja, da empresa, da balada. Deveria ser ensinada como valor humano e pátrio, como um dos mais sublimes imperativos éticos de respeito e concessão dos direitos dos outros serem o que desejam ser.

Raízes ontológico-existenciais do problema e as idiossincrasias do campo religioso

O primeiro passo a ser dado é o reconhecimento mesmo de que tal sentimento, a intolerância, nunca deixará de

existir , ou seja, seria a aceitação do fato como inerente ao humano, demasiado humano. Arrisco citar os combates intertribais registrados na literatura dos poetas e viajantes, a começar por Homero e as casas reais do Mediterrâneo, na sua “Ilíada”. E o que diria Florestan Fernandes da sociedade Tupinambá em sua análise interpretativa do pensamento social brasileiro e latino americano? A guerra é um fato social e como tal só pode ser explicada a partir da organização social dos diferentes povos.

Temos assistido no Brasil, a reboque de uma tendência que tem se manifestado mundialmente, sinais de uma forte polarização de opiniões que, em nosso meio, escancarou definitivamente o “ódio de classe”, pois antes tendia a se esconder sob a pecha de que o povo brasileiro é o “cordial-passional” como havia pensado Sérgio Buarque de Holanda. E como bem afirmou Leonardo Boff reproduz o Arquétipo da Casa Grande e da Senzala. O Brasil possui a terceira maior população carcerária do planeta, é também, perversamente, um dos maiores produtores de riqueza e um dos maiores em

desigualdade na distribuição de renda. O que há de cordialidade nessa invenção da elite nacional? Nas redes sociais, os que bradam aos quatro ventos que estão ao lado do ‘Bem’, são os mesmos que defendem a pena de morte, o assassinato de gays, furam as filas e gostariam que houvesse com mais frequência rebeliões nos presídios como forma de purgar a sociedade das suas próprias mazelas, afinal bandido é bandido (STREIT, Revista Fórum, 2016).

Parece contraditório, mas não o é, o fato de que, nunca se afirmaram tanto como hoje, as diversidades religiosas, culturais e raciais componentes do povo brasileiro, mas também nunca assistimos tão abertamente a manifestações de ódio e intolerância, talvez a segunda seja consequência da primeira. Constitucionalmente, alguns Direitos civis foram conquistados e assegurados por minorias da população, no entanto, infelizmente, as estatísticas oficiais dos crimes cometidos superam em muito as expectativas negativas. Frequentemente registra-se um fato que envolve atitudes de intolerância, como na semana passada dia 10/01, um vídeo que

mostrava uma Pastora presidindo um culto evangélico e quebrava a marteladas a imagem de Nossa Senhora Aparecida, no município de Botucatu, S. P. a notícia ganhou ampla repercussão nas redes sociais, pela violência simbólica que atingiu a todos que acessaram as imagens. O Conselho Municipal de Pastores não apoiou o ato.

René Girard, pensador francês, propôs um estudo sobre as causas da violência humana incluindo sua dinâmica, motivações e efeitos. Na obra “A violência e o sagrado” (1972) demonstra que os atos sacrificiais acabam por se tornar um mecanismo de controle do ciclo interminável de violência e dos atos de vinganças por ela gerados que ameaçam a integridade do grupo. O que corresponderia à rede de segurança dos sacrifícios nas comunidades primitivas seria o sistema judicial moderno. Congratulo-me aqui com pensadores dessa monta que assim como Freud, Jung e Lévi-Strauss buscaram compreender as questões humanas a partir de um nível de explicação que superasse as aparências de superfície e fossem até o irracional.

Barak Obama em seu discurso de despedida do segundo mandato da Presidência abordou o problema sempre presente do racismo nos E.U.A. e alertou para os perigos que a democracia está correndo ao afirmar que: “Nossa democracia é ameaçada quando achamos que ela está garantida”. Penso que o risco é o mesmo em todos os lugares, a troca no comando da Presidência da República que sofremos em 2016, nos colocou em estado de alerta frente à velocidade das mudanças que agora estão ocorrendo na dinâmica do aparelho ideológico do Estado brasileiro.

A perspectiva neoliberal ameaça conquistas que vinham garantindo um avanço, ainda que tímido, no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Não defendo nenhum tipo de maniqueísmo e nem pretendo demonizar quem quer que seja, trata-se mesmo de pensarmos em qual direção queremos que o Estado avance e como ele se posicionará em relação às necessidades da população, se de um ponto de vista que enfraqueça cada vez mais a presença do Estado na vida da população em situação de vulnerabilidade ou não.

Ingenuamente os intelectuais modernos apostaram no enfraquecimento das religiões em função da secularização, porém, a nível mundial, o que assistimos durante todo o século XX foi, não apenas o fortalecimento das mesmas, mas também o crescimento dos fundamentalismos, do ódio e das intolerâncias religiosas. Nas sociedades pós-industriais as Igrejas acabaram por substituir o papel que o Estado deveria desempenhar, o não cumprimento da oferta de serviços básicos que garantam a sobrevivência mínima da população geram sentimentos de desamparo, insegurança e medo, que são amenizados no interior das casas religiosas. O que de certa forma também pode prejudicar a saúde da vida em sociedade, na medida em que a realidade passa a ser vista a partir de lentes dogmáticas. Como bem afirmou Leonardo Boff: “O excesso de verdade acaba sendo pior que o erro”. Trata-se neste caso da busca de uma pertença que não é apenas religiosa.

Quando se trata de dogmas religiosos, o espírito corporativo pode levar à supressão da liberdade de opinião e à

imposição de um pensamento único. O surgimento do Estado Laico brasileiro se deu a partir de 1891, mas será que ele assim o é, de fato? Parece-me que mais se assemelha a um ideal em construção, ora um Estado que se diz secular e neutro não pode invocar no preâmbulo da sua Carta Magna a proteção de Deus. Por que manter a isenção de impostos para templos religiosos que cada vez mais se organizam a partir de princípios empresariais? O que dizer das esferas políticas e religiosas que andam tão imbricadas ultimamente no Brasil?

Retomando o primeiro passo no combate ao problema da intolerância que seria seu reconhecimento como um ato escancarado da volição humana, o segundo e o terceiro passos seriam a adoção de medidas capazes de trabalhar esse sentimento a favor do respeito ao outro. É um trabalho árduo que envolverá várias gerações e será tarefa do Estado e da sociedade civil como um todo. Posso falar com propriedade da minha seara, a Academia. Tenho observado ao longo desses 30 anos em que frequento a Universidade, na discência e na docência, que tem crescido o número de trabalhos voltados

para a questão religiosa, essa tendência relativamente nova merece uma análise apurada para verificar seus motivos, arrisco dizer que ela provém das demandas sociais pelos especialistas do sagrado no sentido bourdieusiano do termo e pela crescente profissionalização das igrejas em sua organização racional do trabalho.

O Brasil e mais especificamente a região norte constituem-se como um *locus* promissor de pesquisas para se testar o panorama do campo religioso atual, seja em relação ao crescimento evangélico, seja em relação às manifestações de pluripertencimento que marcam o mercado religioso. Essa visibilidade acadêmica em torno da temática religiosa tornou-se também possível graças ao próprio crescimento da atividade científica nas universidades. Um público cada vez mais jovem já se vê engajado em pesquisas, a partir das novas exigências curriculares dos Trabalhos de Conclusão de Curso, Projetos de Iniciação Científica, Iniciação Docente, integração em Grupos de Pesquisa, Especializações e Mestrados cuja entrada do alunado é cada vez mais precoce. Nos oito anos em que atuo

na pós-graduação tive oportunidade de orientar nove trabalhos diretamente relacionados com as religiosidades professadas na região norte, além da participação em outras tantas Bancas de Defesa Pública.

São trabalhos de natureza descritivo-analítica que vem, sucessivamente revelando, nuances das dinâmicas sócio confessionais presentes na Amazônia. Considero-os da maior importância uma vez que esse panorama desmistifica a hegemonia cristã e confere visibilidade a outras matrizes que permanecem na obscuridade. Cito como exemplo, minha participação recente, na qualidade de examinadora de Banca de Defesa Pública de Mestrado (dez/2016), cujo trabalho enfocava uma comunidade pomerana no município de Espigão do Oeste, no Estado de Rondônia, tal comunidade é ainda bastante refratária em ultrapassar as fronteiras étnicas capazes de integrar plenamente o grupo na sociedade nacional e, neste caso, o Luteranismo propagado pelo grupo detém uma função social importante na manutenção da moral que orienta a conduta diária familiar, econômica e laboral, exercendo forte

papel ideológico na manutenção de traços de sua identidade e de seus valores (MARTINS, 2016).

Considerações finais

Vejo com otimismo esse movimento que vem se delineando na Academia porque o esclarecimento acerca de costumes, crenças, do pensar e do agir de grupos que não compartilham com nossa identidade mesma, pode ser uma arma poderosa no combate a posturas de intolerância. Por outro lado também, a inserção da disciplina de Ensino Religioso nos currículos escolares, desde que aplicada sem proselitismo e com o propósito de esclarecer e promover a convivência pacífica com todas as formas de religiosidade deve criar, se for tomada como política pública de Estado, em longo prazo, uma cultura intergrupala e intergeracional da tolerância.

Acolho com esperança a atividade e produção concreta dos profissionais que estão atuando na área em nosso Estado.

Vide a iniciativa da Universidade Estadual do Amazonas, cujo curso de Ciências da Religião encontra-se em processo de passar de curso especial do PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, para curso regular e que deve seguramente alcançar um nível de excelência na formação dos professores que já atuam ou irão atuar com a disciplina de Ensino Religioso na rede pública nacional. Afinal, o discurso religioso tem implicações muito mais profundas e que tocam na dimensão formativa da ética e cidadania, da aceitação do outro, da compaixão, da consciência planetária urgente que temos tomar em relação ao meio em que vivemos.

Por fim, a organização de grupos de pesquisa, associações científicas e a força dos movimentos sociais cada vez mais organizados, a criação de museus, igrejas inclusivas, entre outras instituições que buscam afirmar a diversidade de gênero, religiosa e política estão, ao menos, colocando em movimento questões humanas que sequer eram mencionadas ao serem tratadas pelo pensamento hegemônico como

questões-tabu. Religiões, Liberdades, Intolerâncias devem ser mesmo consideradas no plural, devido à complexidade que o tema envolve ao conectar os campos das Humanidades como a Sociologia, a Antropologia, Filosofia, Psicologia, Ciências Política e Jurídica, entre outros, muito embora, não sejam questões novas, dentro dos paradigmas da alteridade, identidade, do eu, do outro, de um nós possível e negociável. É o que desejamos.

Cito uma das recomendações, de parte do Relatório DHESCA da Relatoria de Direitos Humanos e Estado Laico 2016, concernente ao papel que as universidades devem desempenhar na promoção de debates e eventos direcionados à reflexão sobre a laicidade do Estado:

“Que promovam em todos os cursos universitários debates plurais de ideias nos quais seja ressaltado o necessário respeito aos direitos humanos especialmente de grupos historicamente mais vulnerabilizados- como mulheres, negros, LGTBs, indígenas, etc. Que incluam na grade curricular disciplinas de Direitos Humanos e cidadania nas quais seja abordado o tema da laicidade” (DHESCA, 2016, p. 30). “Trata-se de uma Plataforma

Religiões, Liberdades e Intolerâncias: desafios e perspectivas para o Estado Laico no Brasil.
Por que nos estranhamos?, MARILINA CONCEIÇÃO OLIVEIRA BESSA SERRA PINTO

de Direitos Humanos constituída no Brasil desde o ano de 2002 atua a partir de rede formada por 40 organizações da sociedade civil, que desenvolve ações que visam à promoção e defesa dos direitos humanos, bem como a reparação das violações. Tem como objetivo geral contribuir para a construção e fortalecimento de uma cultura de direitos humanos, que avance nas estratégias de exigibilidade e justiciabilidade dos direitos e incidência na formulação, efetivação e controle de políticas públicas sociais. O desafio das Relatorias em Direitos Humanos é de diagnosticar, relatar e recomendar soluções para violações apontadas pela sociedade civil, conforme explicitado na apresentação do documento” (DHESCA, 2016, p. 3).

É alentador tomar conhecimento da existência de tais iniciativas na medida em que contribuem para denunciar e apontar as fragilidades apresentadas no tecido social, uma vez que as violações acerca dos Direitos à educação e o racismo vem se intensificando cada vez mais no Brasil. No mandato de 2015-2016, a relatoria teve como tema “Direitos Humanos e Estado Laico, cuja contextualização incidu sobre a importância da separação entre Religião e Estado, e a discussão das tensões entre laicidade e religiosidade no Brasil

hoje. É interessante como o debate sobre a intolerância religiosa vem, cada vez mais, ganhando espaço na mídia e nos Fóruns sociais, vide o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM -2016 em função da constância de ocorrências, seja nas escolas, seja nos ambientes de trabalho e na disputa territorial e simbólica por maior espaço praticado pelas grandes denominações religiosas em meio urbano e rural. Inferimos que, o problema da intolerância em sua raiz existencial não é novo, a novidade consiste no fato do mesmo ter se transformado em objeto de debate

Encerro minha fala reiterando a tese de Eudoro de Sousa, filólogo e filósofo português, ao falar do ser-do-homem, ousa defini-lo como “Recusa”. Adão recusou-se a viver no Paraíso, esta recusa é a primeira afirmação do homem, que é um querer firmar-se em si próprio. Recusa em habitar mundo que não fez com suas próprias mãos, que lhe foi dado de maneira pronta e acabada, e que segundo o mito genesíaco, o homem deveria ocupar na escala hierárquica criacional o maior posto perante as outras espécies, daí se

explicaria as arrogâncias da razão que domina e oprime os semelhantes e é neste caldeirão de poder que se encontram as intolerâncias de todas as ordens: do sagrado contra o profano, do macho contra a fêmea, do senhor contra o escravo.

O estranhamento é nossa própria pertença, por mais paradoxal que possa parecer, somos obrigados a conviver permanentemente com nossas próprias afetações e as contraditas do outro, do mais próximo e do mais distante de nós. Imperioso se faz, educar para a aceitação e ou promoção de convivência pacífica entre todos os interesses que permeiam o humano.

REFERÊNCIAS

BAUMER, Franklin. **O pensamento europeu moderno – séculos XIX e XX**. vol. II. Tradução: Maria Manuela Alberty. Lisboa: Edições 70, 1990.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado – elementos para uma teoria sociológica da religião**. (org. Luiz Roberto Benedetti; tradução José Carlos Barcellos). São Paulo: Paulinas, 1985.

Direitos Humanos e Estado Laico.- Relatório da Relatoria de Direitos Humanos e Estado Laico da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil. Relatora: Ivanilda Figueiredo. Brasília: Terra de Direitos, 2016.

Dossiê Intolerância Religiosa. In: intoleranciareligiosadossie.blogspot.com.br

Acesso: 13/01/2017.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. Tradução Martha Conceição Gambini. São Paulo: UNESP/ Paz e Terra, 1977.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

A Intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, UNESCO, 27 de março de 1997, La Sobornne, 28 de março de 1997/Academia Universal das Culturas. Françoise Barret

Ducroq (org.). Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

A intolerância religiosa no Brasil: relatório e balanço. SANTOS, Babalawô. Ivanir dos Santos... [et al.] (organizadores). Edição bilíngue. R. J.: Klíne: CEAP, 2016. Acesso: 13/01/17.

A intolerância religiosa no Brasil em 2016 – Portal Vermelho. In: www.vermelho.org.br/noticias. Acesso em: 13/01/2016.

<https://leonardoboff.wordpress.com/a-intolerancia-no-brasil-atual-e-no-mundo>. Acesso: 13/01/17.

Presidência da República divulga dados da intolerância religiosa no Brasil. In: www.palmares.gov.br
Acesso em: 14/01/2017

SILVA, Fábio. **Fronteiras e estratégias de reprodução social dos pomeranos no município de Espigão do Oeste-Rondônia.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas, 130 p. 2016.

SOUSA, Eudoro de. **História e Mito.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2004.

STREIT, Máira. “Por que os pobres incomodam tanto?”. In: **Revista Fórum** [http:// revistaforum.com.br/2016](http://revistaforum.com.br/2016).

Recebido em: 23/02/2017.

Aprovado em: 27/04/2017.

Publicado em: 28/08/2017.